

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPIVARI DO SUL
Estado do Rio Grande do Sul

LEI Nº 065/97 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1997.

Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e Dá Outras providências.

SÉRGIO IRINEU MAROCCO, Prefeito Municipal de Capivari do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social, órgão deliberativo, de caráter permanente e âmbito municipal.

Art. 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I** - definir as prioridades da política de assistência social;
- II** - estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência;
- III** - aprovar a política Municipal de Assistência Social;
- IV** - atuar na formulação de estratégias e controle de execução da política de assistência social;
- V** - aprovar critérios para a programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VI** - acompanhar a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social e fiscalizar a movimentação e aplicação dos recursos;
- VII** - acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência social prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do Município;
- VIII** - definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- IX** - aprovar critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestem serviços de assistência social no âmbito municipal;
- X** - apreciar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI** - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;
- XII** - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XIII** - convocar ordinariamente a cada dois (2) anos ou extraordinariamente por maioria absoluta de seus membros a CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV** - acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desemprego dos programas e projetos aprovados;
- XV** - aprovar critérios de concessão e valor dos benefícios eventuais.

DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 3º - O CMAS terá a seguinte composição:

I - Do Governo Municipal:

- a** - Um representante da Secretaria de Bem Estar Social ;
- b** - Um representante da Secretaria de Agricultura;
- c** - Um representante da Secretaria de Educação;
- d** - Um representante das Escolas Estaduais do Município;

II - Representantes dos prestadores de serviço da área:

- a** - Um representante das creches;
- b** - Um representante da Assistência Judiciária

III - Representantes dos Profissionais da área:

- a** - Um representante dos assistentes sociais;
- b** - Um representante dos psicólogos.

IV - Representantes dos Usuários:

- a** - Um representante de entidades ou associações comunitárias.
- b** - Um representante da Igreja que possua atendimento comunitário.

§ 1º - cada titular do CMAS terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa

§2º - somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas e em regular funcionamento.

§3º - A soma dos representantes que tratam os incisos II, III e IV do presente artigo não será inferior à metade do total de membros do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante indicação das entidades representativas no referido Conselho.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal mediante indicação das entidades representativas no referido Conselho.

§ único - os representantes do Governo serão de livre escolha do Prefeito.

Art. 5º - A atividade dos membros do CMAS será regida pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de Conselheiro é considerada serviço público relevante e não será remunerada.

- II** - Os Conselheiros serão excluídos do CMAS e substituídos pelos seus respectivos suplentes em caso de faltas injustificadas a tres reuniões consecutivas ou cinco reuniões alternadas.
- III** - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal.
- IV** - Cada membro do CMAS terá direito a um voto na sessão plenária.
- V** - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções.

DO FUNCIONAMENTO:

Art. 6º - O CMAS terá seu funcionamento regido por regimento próprio e obedecendo as seguintes normas:.

I - Plenário como órgãos de deliberação máxima.

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Assistência Social prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMAS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I - Consideram-se colaboradores do CMAS as instituições formadoras de recursos humanos para a assistência social, as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de assistência social sem embargo da sua condição de membro.

II - Poderão ser convidados pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMAS em assuntos específicos.

Art. 9º - Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único - As resoluções do CMAS, bem como os temas tratados em plenário, de diretoria e comissões, serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

Art. 10º - O CMAS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias após a promulgação da lei.

Art. 11 - A Secretaria Municipal que tem por competência as atribuições objeto da presente Lei é a Secretaria Municipal de Saúde, Bem Estar Social e Meio Ambiente.

Art. 12 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir Crédito especial no valor de R\$2.000,00 (dois mil Reais), para promover as despesas com a instalação do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com a seguinte dotação orçamentária:
15.81.486.08.02.20.39.4313

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capivari do Sul, em 08 de Dezembro de 1997.

Sérgio Irineu Marocco
Prefeito Municipal

Zely Terezinha Marques Dutra
Secretária Municipal da Saúde
Bem Estar Social e Meio Ambiente

Registre-se e publique-se

José Mauro Salerno
Secretário Municipal da Administração